

## **AS AÇÕES DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS FRENTE ÀS CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DA ESCOLA: ANALISANDO NOVE (9) CASOS**

*Gabriela Schneider*

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo discutir as condições materiais e estruturais (CME) das escolas em nove redes, sendo três estaduais: Paraná, Minas Gerais e Sergipe, suas respectivas capitais e três municípios de pequeno porte, um de cada estado: Marmeleiro, Cataguases e Ilha das Flores, respectivamente. Essas condições são entendidas como parte do direito à educação e referem-se as questões ligadas a infraestrutura, materiais e equipamentos didático pedagógicos. Tais condições são analisadas a partir de um Índice de Condições Materiais e Estruturais (ICME) criado com base nas perguntas disponíveis nos questionários de contexto da escola vinculados a Prova Brasil. O ICME é analisado juntamente a entrevistas realizadas com pessoas ligadas as Secretarias de Educação dos casos analisados. As análises mostram melhores condições nas escolas de anos finais do ensino fundamental em detrimento das de anos iniciais, bem como uma melhor situação das redes localizadas no Sul e Sudeste. Percebe-se, também que apesar do crescimento do ICME, não há uma política específica para as CME, sendo essas, por vezes, pensadas como algo dissociado da questão pedagógica.

**Palavras chaves:** Condições materiais e estruturais da escola, direito à educação, políticas educacionais.

O direito à educação no Brasil não é um tema recente, afinal, ao menos em termos legais, ele vem sendo tratado desde a Constituição Federal (CF) de 1934. A Constituição Federal de 1988 retificou esse direito e ainda colocou a educação no rol dos direitos sociais, somam-se a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e, mais recentemente, o Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014). Entretanto a mera prescrição legal do direito não assegura sua plena efetivação, além disso, a discussão sobre o que significa a garantia desse também é bastante controversa e assume significados diversos.

Nesse trabalho entende-se o direito à educação de forma ampla, transcendendo o âmbito do acesso à escola, concordando-se com Viera e Almeida quando esses afirmam que:

[...] no mais das vezes o que temos não é uma simples negação do direito à Educação; antes o contrário, a todo o tempo se destacam os avanços. Ainda assim, um dos problemas centrais do sistema educacional brasileiro parece ser a forma desigual com que os alunos são tratados, ou seja, **os recursos humanos e materiais são distribuídos de maneira desigual na sociedade**, aumentando as oportunidades para alguns grupos e reduzindo a oportunidade para os demais. (2013, p. 13, grifos nossos).

Nesse sentido, entende-se que a garantia do direito à educação é um processo amplo, que envolve desde a garantia da vaga até de condições de qualidade, entendidas aqui como aquelas relacionadas a gestão escolar, condições de trabalho e formação docente, bem como

relacionada as condições materiais e estruturais das escolas. É especialmente sobre essas últimas condições que o presente estudo debruça, pois compreende que “[...] a garantia de infraestrutura e equipamentos adequados e de condições de trabalho satisfatórias é um componente imprescindível para a efetividade dos processos de ensino e aprendizagem”. (CARREIRA, PINTO, 2007, p.25).

A escola pública brasileira ainda está longe de garantir esses insumos para toda a população. “Se, quanto ao acesso, os desafios ainda são grandes, quanto à permanência, às condições de oferta e ao desempenho dos alunos, há tudo – ou quase tudo – por fazer [...]” (CARREIRA, PINTO, 2007, p. 35). As condições materiais e estruturais da escola (CME), entendidas nesse estudo como a existência e estado de conservação dos espaços e instalações externas e internas, limpeza das escolas, existência e conservação de espaços físicos pedagógicos e administrativos, bem como dos materiais didáticos e eletrônicos, ventilação e iluminação, existência de computadores e internet, também se apresentam bastante precárias.

Franco e Bonamino (2005) afirmam que em muitos países as CME das escolas não são consideradas um fator importante para a aprendizagem, porém isso só se dá porque elas já possuem essas condições garantidas para todos. Em um país como o Brasil, marcado pelo descaso e pelas desigualdades na educação tal fator ainda precisa ser muito discutido a fim de compreender como estão organizadas/equipadas as escolas e o que ainda precisa ser feito, afinal

[...] a questão da instalação, se está funcionando, se tem água, se estão limpas as dependências da escola, se as carteiras estão inteiras, se são novas etc. Todos esses elementos fazem parte das condições que favorecem a criança a permanecer na escola e também ao professor ter gosto e vontade de ir trabalhar. Então, quanto melhor estiverem essas condições, esse ambiente escolar, melhor o desempenho. (CAMARGO, et. All., 2003, p. 212).

Ciente da importância de garantir uma escola bonita e bem equipada para os estudantes é que se estrutura esse artigo, buscando discutir as condições materiais e estruturais das escolas mais especificamente em 3 redes estaduais de educação, Sergipe, Belo Horizonte e Paraná e 6 redes municipais, quais sejam: Aracaju, Minas Gerais, Curitiba, Ilha das Flores, Cataguases e Marmeleiro. A análise desses municípios e estados frente às condições materiais e estruturais têm como sua justificativa o entendimento de que esses elementos são importantes para garantir o direito à educação, além da compreensão de que

O problema, como se sabe, é a implementação do direito que, apesar dos esforços nacionais e internacionais, é sensivelmente desigual. Entre as principais dificuldades

estão o estabelecimento de parâmetros de atendimento mínimo do direito à Educação, especialmente para o ensino primário, e a incorporação desses parâmetros mínimos às Constituições ou legislações nacionais. (RANIERE, 2013, p. 64).

Um dos grandes debates educacionais atuais centra-se na necessidade de definição de padrões mínimos de qualidade, ideia que é reforçada inclusive no Plano Nacional de Educação, no qual estabelece como meta que:

20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ; 20.7) implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, **em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar**, alimentação e transporte escolar; (BRASIL, 2014, grifos nossos).

A definição do que compõem essas condições teve como base os elementos presentes no questionário de contexto da Prova Brasil (2007 e 2011), os quais compuseram indicadores que, agregados, deram origem ao que denomina-se nesse trabalho de Índice de Condições Materiais e Estruturais da Escola (ICME), o qual foi calculado a partir da seguinte fórmula:  
$$\text{ICME} = (\text{Indicadores de condições físicas} + \text{Indicador de Iluminação e Ventilação} + \text{Indicador de Internet e computador} * 2 + \text{Indicador de equipamentos eletrônicos} * 3) / 7$$

Cada um desses indicadores é composto por variáveis que estavam presentes nos questionários de contexto nos dois anos analisados, para permitir uma comparação ao longo do período. Os elementos que compõem cada indicador são descritos abaixo:

**Indicadores de condições físicas** = Estado de conservação do telhado, paredes, pisos, portas, janelas, banheiros, cozinha, instalações hidráulicas e elétricas, pátio, corredores e salas de aula;

**Indicador de Iluminação e Ventilação** = As salas são iluminadas, arejadas;

**Indicador de Internet e computador** = Existência de computador para alunos, professores e administrativo e acesso a internet para alunos e professores;

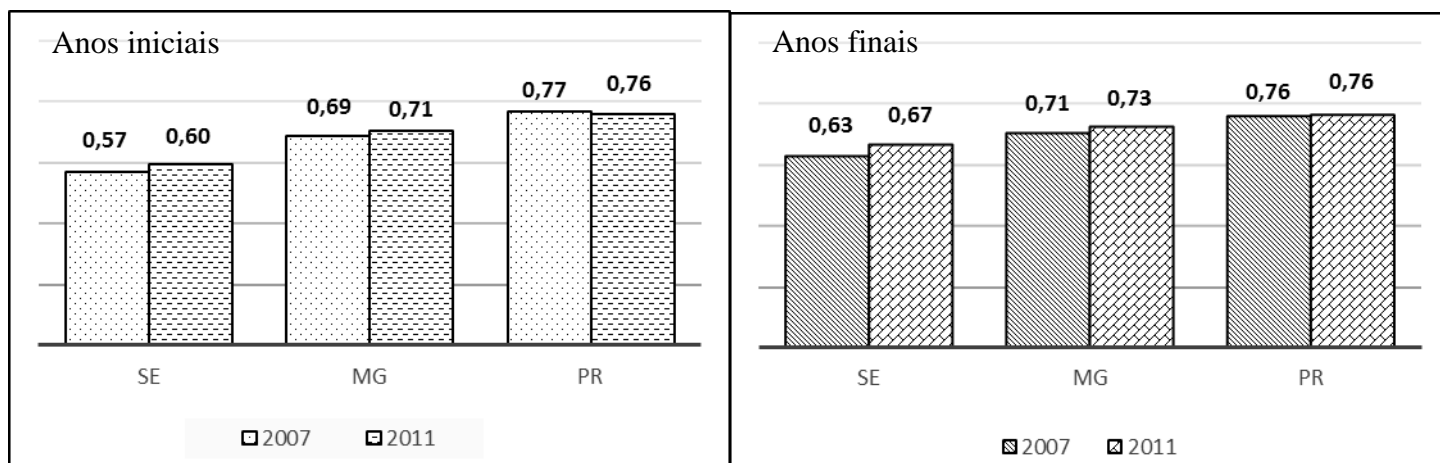
**Indicador de equipamentos eletrônicos** = Televisão, antena parabólica, vídeo cassete, aparelho de reprografia, projetor de slides, retroprojetor, impressora, aparelho de som.

Os dados referentes ao ICME são objetos de análise desse trabalho, assim como as entrevistas realizadas com pessoas ligadas às Secretarias de Educação de cada um dos municípios e estados supracitados, visando observar como se deu a ação do poder público no sentido da garantia das condições de qualidade, especialmente no que se refere às condições materiais e estruturais da escola.

Ao analisar os dados referentes ao ICME das escolas em cada um dos casos analisados, pode-se inicialmente perceber que, dentre as redes estaduais, o Paraná é o Estado que apresenta as melhores condições e, ao mesmo tempo é aquele no qual não se percebe melhoria, do contrário, nos anos iniciais do ensino fundamental percebe-se inclusive queda, ainda que bem pequena. Esse declínio, porém, pode estar relacionado ao fato de a rede estadual do Paraná<sup>1</sup> apresentar pouquíssimas escolas de EF anos iniciais, sendo que nos últimos anos tem ocorrido um processo de transferências das poucas escolas desse nível para o âmbito municipal.

No Estado do Sergipe como em Minas Gerais é perceptível uma melhora no índice de condições materiais e estruturais da escola, tanto nos anos iniciais como nos finais do EF, contudo o maior crescimento é apresentado nos anos finais no estado de Sergipe, como é possível notar nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 1 – MÉDIA DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EF ANOS INICIAIS E FINAIS, 2007 E 2011.  
FONTE: PROVA BRASIL (2007, 2011).



É interessante observar também que, com exceção da rede estadual do PR, na qual existem pouquíssimas escolas de EF anos iniciais nos dois outros estados a média do ICME é mais elevada nos anos finais em detrimento dos anos iniciais.

<sup>1</sup> Apesar de vários contatos com diversas pessoas da Secretaria de Educação do Estado do Paraná não foi possível realizar nenhuma entrevista.

Em relação melhoria nas condições de infraestrutura na rede estadual de Sergipe está foi descrita também na entrevista realizada com a coordenadora do Departamento de Educação da Secretaria Estadual de Educação, a qual afirma que houve investimentos significativos nos últimos anos em infraestrutura, mas que ainda precisam ser ampliados, pois segundo a mesma:

O governo investiu muito em reforma. Quando nos chegamos aqui, nos tínhamos uma rede muito deteriorada, né, e algumas escolas ainda estão muito deterioradas, mas o que foi possível fazer está sendo feito. Muitas escolas foram reformadas. Reformas do prédio e equipamentos. (SECRETARIA ESTADUAL DE SERGIPE, 2014)

Além disso, cabe chamar a atenção que boa parte dos recursos destinados à infraestrutura são oriundos do governo federal, como afirma a entrevista: “A maioria dos recursos para investimento a gente recebe do governo federal, pra construção, pra reforma, tudo é federal. O estado entra com contrapartida, mas a maior parte é federal.” (SECRETARIA ESTADUAL DE SERGIPE, 2014). O governo federal tem investido fortemente, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), programas de infraestrutura, o que tem colaborado com a melhoria dessas condições especialmente em estados e municípios mais pobres.

Segundo Castro (2000) o FNDE tem duas principais fontes de atuação, a assistência estudantil e o apoio e desenvolvimento da educação. Segundo ele, essa autarquia transfere dinheiro para a manutenção de escolas públicas, para realização de obras e compra de equipamentos, material didático, além da capacitação de docentes, gestores, etc.

A entrevista na Secretaria de Educação de Belo Horizonte revela consonância com os dados apresentados acima, pois afirma-se que houve investimento na área de infraestrutura e que em geral as escolas têm boas condições. Ao mesmo tempo parece haver o entendimento de que as questões ligadas as condições materiais não tem relação com o pedagógico, existindo um setor específico para cuidar dessas questões e todas as informações relativas a esses elementos estão restritas a este setor, como posso se observar no relato descrito abaixo:

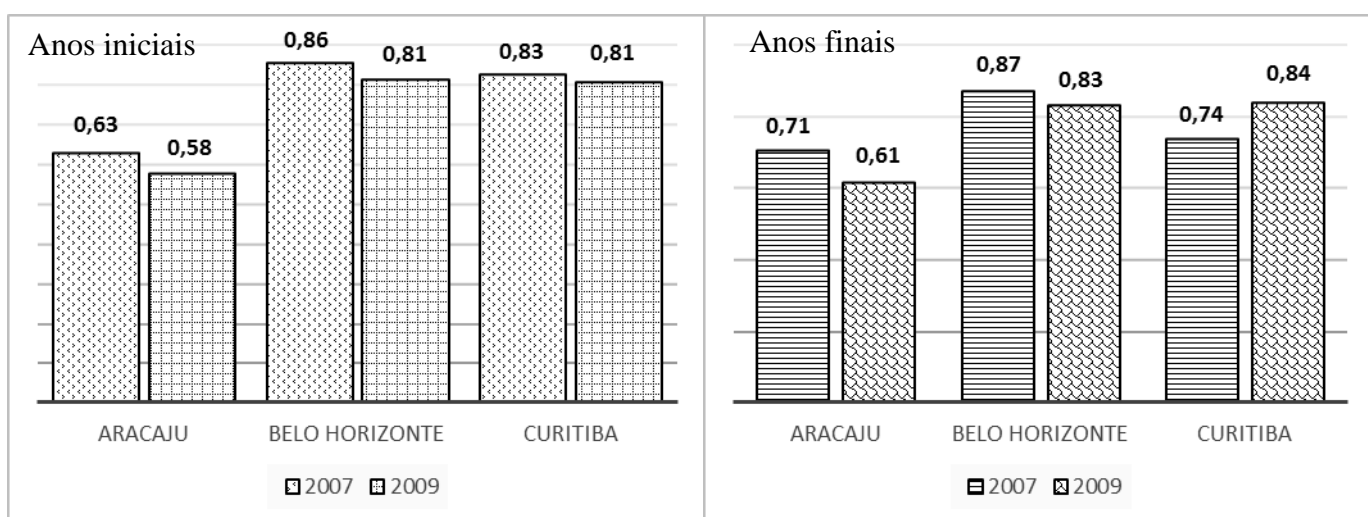
Tem, as escolas foram melhoradas em suas redes físicas né, construídas muitas quadras desportivas [...]. Então, as escolas de Minas Gerais é muito raro você encontrar uma que não esteja com a rede física adequada né e aí assim e mesmo quando a gente quando fica sabendo a gente comunica. Aqui não, aqui é só o **pedagógico, a nossa área aqui é só o pedagógico e tem o departamento de recursos físicos, da rede física, mas a gente às vezes vai lá ‘olha fulano na escola tal tá precisando disso’, a gente né e outra coisa a gente não passa por cima também da superintendência. Então, a gente vai pela superintendência, conversa com a superintendência, vê o que está acontecendo, sabe? Então, nós temos esse olhar também. Porque é a tal coisa nós não somos da rede física, mas a rede física chega**

até nós. (SECRETARIA ESTADUAL DE BELO HORIZONTE, 2014, grifos nossos).

Tal afirmação parece desconsiderar a importância do ambiente, da infraestrutura para a aprendizagem, como se esse fosse um elemento secundário e que não interfere na aprendizagem dos alunos. Tem-se aqui um entendimento mais amplo das CME, considerando que as mesmas devem ser pensadas a luz das necessidades e do ideário pedagógico da escola, haja vista que “A luta por uma escola pública de qualidade passa também pela necessidade de existirem espaços físicos de educação que integrem um conjunto de condições capazes de viabilizar esta possibilidade”. (GONÇALVES, 1999, p. 47-48).

Em relação as redes municipais, especialmente no que se refere as capitais há uma queda nas condições materiais e estruturais das escolas entre os anos analisados (2007 e 2011), com exceção apenas das escolas de EF anos finais de Curitiba. É necessário considerar, como já descrito acima, que os anos finais, são no estado do PR quase que absolutamente de responsabilidade da rede estadual, contando a rede municipal com poucas escolas, o que pode ajudar a entender sua melhor condição e inclusive seu crescimento, haja vista ser mais fácil cuidar de um número pequeno de escolas. As médias do ICME nessas três capitais pode ser percebido no gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – MÉDIA DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EF ANOS INICIAIS E FINAIS, 2007 E 2011.  
FONTE: PROVA BRASIL (2007, 2011).



Mesmo com as quedas, as redes municipais de Curitiba e Belo Horizonte apresentam médias mais elevadas que a de Aracaju, o que está relacionado diretamente a capacidade financeira diferenciada desses municípios, segundo Cruz:

As disparidades no desenvolvimento socioeconômico e os problemas do padrão pouco equitativo de financiamento da educação resultam em sérias desigualdades educacionais no Brasil em relação a todas as etapas da educação. Tais desigualdades regionais obrigam a conviver realidades dispare, impedindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços públicos compatíveis com sua dignidade. (2009, p. 357).

Ao entrevistar a Diretora Geral da Educação Básica de Curitiba, esta afirma que as escolas, em geral, apresentam um boa estrutura física e material, contudo, ao mesmo tempo sinaliza as discrepâncias entre as escolas com as piores condições sendo apresentadas nas escolas em zonas mais vulneráveis, segundo a representante da secretaria municipal:

[...] nós temos um conjunto de escolas que precisam realmente passar por uma reforma grande, por uma mudança [...]. De um modo geral, as condições, a infraestrutura, o prédio, as salas são razoáveis, elas não são condições assim totalmente, algumas melhores [...]. Naqueles espaços, realmente naquelas escolas que, ou a escola é mais antiga e, acho que essa não é a situação mais grave, mas naquelas escolas que estão nas regiões mais vulneráveis e que daí implica em que, a escola recebe o dinheiro específico, a verba vai lá para a escola, é a mesma verba por aluno [...]. Só que numa escola que fica em uma região mais vulnerável, essa verba quase que na sua totalidade ela é gasta para cadernos, lápis, etc. Então a própria conservação do prédio que é muito fácil, para as demais escolas, não o é para esta. Então a troca de um vidro, de um trinco, ela não consegue ser feita muito rápida, então ela vai permanecendo e vão se ampliando os problemas, daí a parte elétrica, daí é não sei, daí picham a escola, daí você não tem dinheiro para pintar. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2013).

Na secretaria de educação de Belo Horizonte por sua vez, o que se percebe é um certo desconhecimento da entrevista no que se refere as condições materiais e estruturais da escola, sendo que a mesma, que ocupa o cargo de gerente da educação básica e inclusão afirma existir um departamento de materialidade, mas que a mesma não sabe muito bem como é o trabalho desse. Além disso, afirma que existem documentos com normas que definem o mínimo de condições materiais só que esses são internos e que não estão publicados. Quando se questiona como é a infraestrutura das escolas a entrevista responde que é muito boa, que as escolas têm uma estrutura, por exemplo, de mobiliário que é privilegiada, contudo, afirma que algumas escolas apresentam condições bem melhores que as outras, e que isso tem haver com a história de cada uma das escolas.

Na rede municipal de Aracaju, as entrevistas e os dados não coincidem, haja vista que enquanto esses mostram uma queda, a fala dos entrevistados mostra um investimento nessa área, contudo, é possível perceber a precariedade das escolas sob responsabilidade desse

município, o que é perceptível pela média inferior obtida, especialmente quando comparada com as outras duas capitais. O que se percebe na fala dos entrevistados é uma dupla responsabilidade, primeiramente da gestão anterior e depois dos gestores, que não sabem administrar os recursos.

Olha, não achei dificuldades ainda estruturais nas escolas, né, porque elas foram largadas ao longo de 13 anos, entendeu? Pelas gestões anteriores. É uma coisa muito delicada de se falar, a gente tem que ter muito cuidado né, mas o teto não cai. [...]. É, o nosso maior problema é a infraestrutura, os primeiros 4 meses foram muito. A gente chegava aqui e não tinha horário para sair, foram 4 meses muito tensos porque era a parede que estava com defeito, era água que não tinha. [...]. Então além da verba que vem para a escola do governo federal, e que nós tínhamos problemas e por que o curso de gestão? Porque eles não sabiam nem gestar a escola, entendeu agora? Não sabiam gastar o dinheiro da escola, porque tinham medo por conta da desinformação. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2014).

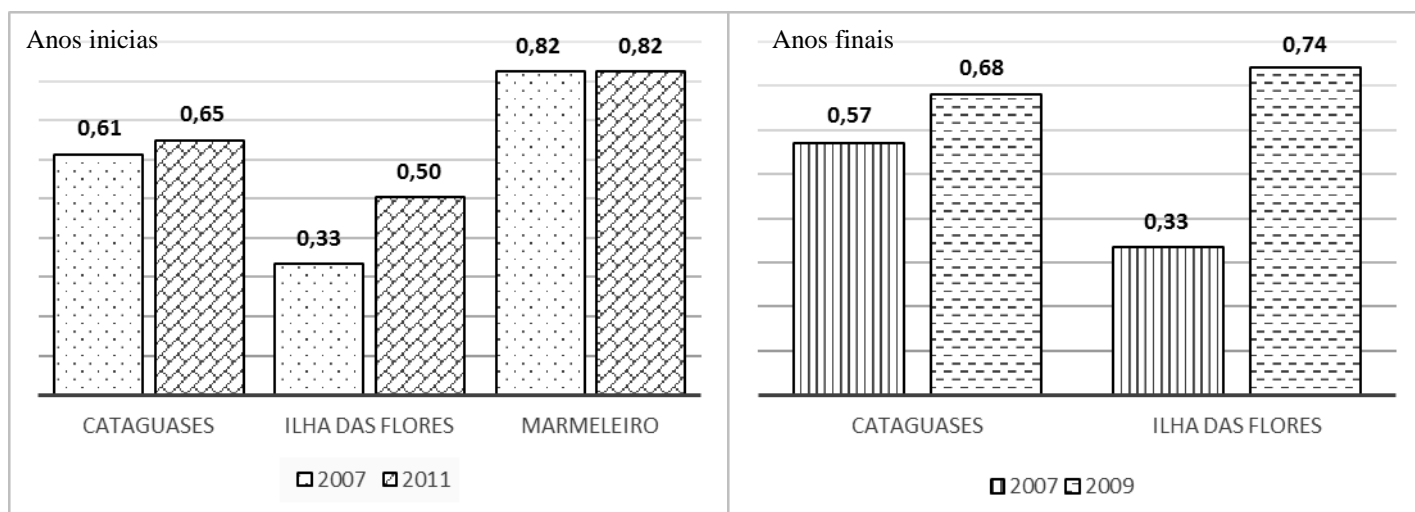
Uma hipótese a ser levantada frente as discrepâncias entre os dados e as entrevistas, pode estar relacionada ao fato de que uma boa parte das reformas, pelo menos em um primeiro momento, foi realizada mais na parte interna, como por exemplo nas instalações elétricas, coisas que nem sempre são muito visíveis. A rede municipal ainda é bastante precária e ao contrário das redes de Curitiba e Belo Horizonte, ainda faltam bibliotecas, laboratórios, etc. Como se pode perceber na resposta dada a pergunta: todas as escolas possuem biblioteca?

Não, não, não tem. Alguns ela já tem espaço, mas outro critério inclusive que a gente começa agora já a pensar na ampliação, né, nas novas tem, algumas que são grandes nos adaptamos a biblioteca, mas nem todas elas ainda têm essa biblioteca funcionando, então é um projeto nosso. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2014).

Ao analisar as redes municipais de pequeno porte localizadas, cada uma em um dos estados analisados nesse trabalho, vê-se que a situação mais precária se encontra na rede municipal de Ilha das Flores, assim como em Aracaju. Ao mesmo tempo, é possível perceber uma melhora significativa nas escolas desse município, especialmente nos anos finais, como é visível no gráfico abaixo.



GRÁFICO 3 – MÉDIA DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EF ANOS INÍCIAS E FINAIS DO EF, 2007 E 2011.  
 FONTE: PROVA BRASIL (2007, 2011).



As análises presentes no gráfico são confirmadas na entrevista com um representante da Secretaria de Educação desse município, que afirma que as condições melhoraram, mas que, as escolas ainda não possuem biblioteca.

Boas, a maioria são boas nas escolas. Se vocês fizerem uma visita, agora tem uma, a única escola que não está com uma estrutura boa essa escola que é aqui próximo a gente que é a de infância, me que é a escola que atende a educação infantil, ela precisa de uma reforma urgente e o prefeito já se comprometeu em fazer essa reforma, as outras escolas estão ótimas, foram ampliadas agora recentemente, foram construídas várias salas de aula, se não engano foram. Todas com laboratório, todas pintadinhas, todas arrumadinhas. [...]. Nenhuma escola tem biblioteca. Mas a escola dispõe de instância e coloca o livro lá para os alunos pesquisarem quando é necessário, mas não é uma biblioteca. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ILHA DAS FLORES, 2014).

Chama atenção o fato de que apesar de haver crescimento tanto nos anos inicias como nos finais a melhora nessa última é significativamente superior a dos anos inicias, o que segue uma tendência nacional, de que as escolas na fase II são melhores que as da fase I, como já sinalizado em Schneider (2010). Observa-se também que nos anos inicias a média das escolas desse município é inferior à da capital Aracaju, ao contrário do que ocorreu com os anos finais. Tem-se como hipótese que o fato as escolas municipais da capital terem uma média inferior as de Ilha das Flores podem estar relacionadas ao fato de esse município ter um número menor de escolas, ou mesmo uma falta de investimento por parte da Secretaria Municipal de Aracaju.

Apesar da capacidade financeira não ser tão grande, a pessoa entrevistada afirma que nos últimos anos tem havido iniciativas no sentido de melhorar as condições materiais e estruturais da escola, como se pode perceber no relato abaixo

[...] nós temos as salas de informática em algumas escolas, a maioria já tem a sala de informática, biblioteca. Aquelas que ainda não têm que nem o Flávia Dutra que foi reformada agora recente, agora já pode contar com a sala de biblioteca que até pouco não tinha né, então são poucas que ainda não tem sala de informática e biblioteca, já está sendo providenciado. [...] Reformas, sempre tem essa necessidade de algumas escolas ainda serem reformadas. Quadra a maioria têm também. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2014).

É possível perceber o papel importante do governo federal no que tange a essas condições, sendo um forte aliado dos municípios nesse processo de melhoria da sua infraestrutura, especialmente por meio de diversos programas. Em Cataguases

Nós temos três escolas funcionando com o “Mais Educação” também. Aquele projeto de quadra também do governo federal né. Nós conseguimos duas quadras para os distritos da que deve começar esse ano a ser construída. Eu acho que isso partiu também a questão melhoria é... o governo também deu muita infra... está dando infraestrutura para isso né. (SECRETARIA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 2014).

A situação das escolas de Marmeleiro é bem superior à dos outros dois municípios, contudo, esse município só conta com escolas de ensino fundamental I e que tem médias maiores, inclusive que Curitiba, o que pode estar relacionado ao fato de que esse município contar com um número bem menor de instituições que na Capital. Os dados não mostram um crescimento, mas uma manutenção das boas condições, sendo que em entrevista nesse município, ao questionar sobre como veem as condições, a pessoa entrevistada informa que:

Eu acho que é ótima. Perto do que a gente vê por aí é ótima. Inclusive todas quase foram reformadas e arrumadas, só está faltando uma na gestão agora. Inclusive reinauguramos umas faz uns 15 dias atrás. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MARMELEIRO, 2014).

A situação dos municípios e estados são bastante diferentes, com a maioria deles apresentando crescimento, os que apresentam queda (PR, Curitiba e Belo Horizonte), em geral eram os que possuíam as médias mais elevadas, ou seja, já possuíam condições melhores.

É perceptível, contudo, a partir das entrevistas, inferir a inexistência de uma política pensada para essas condições, como se elas fossem elementos secundários, pois com exceção

da rede municipal de Curitiba, a maioria dos entrevistados não afirma ser esse um elemento central, inclusive separando esse elemento das questões pedagógicas. Ao que parece, alguns municípios e estados tem departamentos específicos para cuidar das CME e que pouco dialogam com os departamentos mais relacionados a currículo, formação, etc.

Além disso, chama a atenção o fato de que na maioria dos casos analisados as escolas de anos finais possuem condições materiais superiores aos de anos iniciais, o reafirma a ideia de que as escolas que para chegar a uma escola com melhor estrutura é necessário ‘sobreviver’ ao percurso educacional, realidade, que infelizmente, ainda não atinge toda a população. É perceptível também que, os estados do sul e sudeste tem médias mais elevadas que os do Nordeste, o que reafirma a correlação entre as condições financeiras dos entes federados e suas condições de oferta educacional.

A análise de tais casos mostra a necessidade de pensar uma política que aborde as questões materiais, principalmente, com um cunho pedagógico, para atingir

Um padrão arquitetônico dos prédios que contribua para que as creches e escolas sejam locais acolhedores, prazerosos, agradáveis para aprender, ensinar e trabalhar. Um espaço que convide a nele permanecer e que considere as atividades didático-pedagógicas. [...] A presença da natureza (árvores, flores, grama, horta etc.) também é uma preocupação primordial, superando o modelo de ‘cimento total’. (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 29).

## Referências

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso: 26/07/2014.

CAMARGO, R. B. de *et. al.* **Problematização do conceito de qualidade**. Relatório de pesquisa. INEP/MEC, out. 2003.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global – Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CASTRO, J. A. Avaliação do processo de gasto público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. IN: **IPEA**. Teste para discussão 760. IPEA: Rio de Janeiro, 2000.

CRUZ, R. E. **Pacto federativo e financiamento da educação**: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque. 434f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANCO, C; BONAMINO, A. A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil: Breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. **Revista Educação Online**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-13, 2005. Disponível em: <http://lpp-uerj.net/olped/documentos/2081.pdf>. Acesso em: 08/11/2008.

GONÇALVES, R. de C. A Arquitetura Escolar como materialidade do direito desigual à educação. In: **Ponto de Vista** Juiz de Fora. v. 1 • n. 1 • julho/dezembro de 1999, p. 47-57.

IBGE. **Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=311530&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em: 07/11/2015.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2007. Disponível em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em 01/11/09.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2011. Disponível em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em 08/10/2013.

RANIERI, N. B. S. O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. IN: ABMP, Todos pela Educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva 2013.

VIEIRA, O. V. ALMEIDA, E. M. Direito, Educação e transformação. IN: ABMP, Todos pela Educação (org.). **Justiça pela qualidade na educação**. São Paulo: Saraiva 2013.